



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

# BOLETIM OFICIAL

PODER EXECUTIVO

*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

---

Ano: 2026

Mês: fevereiro

Nº XII

---

DECRETO Nº 003/2026

**Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento da Câmara Técnica Municipal de Monitoramento do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Sexuais e LGBTQIAPNb+ e das Pessoas com Deficiência e dá outras providências.**

O PREFEITO(A) CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** que o Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Sexuais e LGBTQIAPNb+ e das Pessoas com Deficiência foi aprovado pelo respectivo Conselho Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instituir instância técnica responsável pelo monitoramento, acompanhamento e avaliação do referido Plano;

**CONSIDERANDO** que a criação e nomeação da Câmara Técnica constitui eixo estratégico para atendimento aos critérios do Selo Prefeitura Parceira da Mulher, cujo relatório deverá ser encaminhado no período de 19 a 26 de fevereiro;

## DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituída a Câmara Técnica Municipal de Monitoramento do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Sexuais e LGBTQIAPNb+ e das Pessoas com Deficiência, com a finalidade de promover a articulação intersetorial, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da execução do Plano no âmbito da Administração Pública Municipal.

**Art. 2º** Compete à Câmara Técnica:

I – Acompanhar e monitorar a implementação das ações previstas no Plano Municipal;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**BOLETIM OFICIAL**  
**PODER EXECUTIVO**

*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

**Ano: 2026**

**Mês: fevereiro**

**Nº XII**

II – Articular os órgãos e entidades da administração pública municipal envolvidos na execução das políticas públicas correlatas;

III – Elaborar relatórios periódicos de monitoramento e avaliação do Plano;

IV – Propor ajustes, revisões e aprimoramentos nas metas e estratégias estabelecidas;

V – Subsidiar o Conselho Municipal competente com informações técnicas necessárias ao acompanhamento do Plano;

VI – Garantir a transversalidade das políticas públicas voltadas às mulheres, à promoção da igualdade racial, aos direitos sexuais e LGBTQIAPNb+ e às pessoas com deficiência.

**Art. 3º** A Câmara Técnica será composta por 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, representantes das seguintes Secretarias Municipais:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – Secretaria Municipal de Educação;

III – Secretaria Municipal de Saúde.

IV – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Economia Criativa

V – Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais e designados por ato do Chefe do Poder Executivo.


§ 2º A coordenação da Câmara Técnica será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 4º** A Câmara Técnica poderá convidar representantes de outros órgãos, conselhos e entidades da sociedade civil para participar de reuniões, sempre que necessário ao cumprimento de suas atribuições.

**Art. 5º** A Câmara Técnica elaborará seu regimento interno no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taperoá-PB, 19 de fevereiro de 2026.

  
**George Ciro Monteiro de Farias**  
Prefeito Constitucional